

ATA REUNIÃO DO COMUS DIA – 05 DE JANEIRO DE 2023

Aos cinco dias do mês de Janeiro de dois mil e vinte e três, deu-se início a reunião do Comus às 11hs. Para fechamento da pauta – discussão do Eixo I da Plenária de Saúde. Esta reunião foi realizada remotamente, participaram os seguintes membros: Dra. Carla Maia da Costa de Rossi – Presidente do Comus, Sr. Alexandre Nonato de Souza – Rep. Sindicato das Industrias de Papel, Sra. Lilian Cristina da Silva Rep. Irmandade Santa Casa São Bernardo do Campo, Sra. Júlia Angel Cruz da Silva – Rep. Profissionais de Saúde, Sra. Elisabete Aparecida da Silva – Rep. Profissionais de Saúde, Sr. Flávio Henrique Moreira da Silva – Rep. dos Profissionais de Saúde, Sra. Márcia Nascimento de Jesus – Rep. dos Usuários. Sr. Rosinaldo de Abreu Rodrigues – Rep. dos Usuários. Dando início aos trabalhos a Dra. Carla, falando do que setra a Plenária de Saúde, qual sua finalidade e as diretrizes que serão expostas para discussão e os delegados que deverão ser eleitos. Esclarece dúvidas e em seguida passa para leitura das questões a serem discutidas referente ao Eixo I, sendo eleitas as questões 2 e 3 a serem discutidas:-

Eixo I (diretrizes 2 e 3)

2. Como as políticas de saúde podem contribuir na redução das desigualdades e iniquidades presentes nos municípios e no Estado?

Resposta:

Por expressarem a organização social e econômica de um país, as políticas de saúde bem conduzidas e bem aplicadas, refletem sobre a coletividade através de melhorias nos hábitos alimentares, no saneamento básico, no meio ambiente, na atividade física, no acesso aos bens e serviços essenciais, ou seja, e nas condições de bem-estar físico, mental e social.

Principalmente através da melhor informação do fluxo da saúde, melhor dizendo, através do acolhimento adequado, e da orientação sobre a quem procurar, com quem e onde se informar.

Também através do enfoque nas fragilidades específicas das microrregiões, gerindo recursos de programas e campanhas, potencializando ações de planejamento familiar (implementação com maior rapidez de métodos anticoncepcionais como o DIU, método do chip, método da fita adesiva), prevenção da gravidez na adolescência, prevenção das DSTs e Ists;

Campanhas de imunização de massa e acompanhamento e supervisão do cumprimento do esquema básico de vacinação;

Campanhas de preservação do meio ambiente, mananciais, destino adequado dos dejetos,, saneamento;

Potencialização de grupos específicos, como Tabagismo, Adolescente, Álcool e Drogas,



Obesidade, entre outros, com incremento e estímulo à participação da população, com utilização de recursos públicos e locais de acesso fácil como praças, ginásios de esportes, salões comunitários, escolas, postos de saúde, e uso de meios como rádio, televisão, redes sociais.

Distribuindo de forma igualitária, recursos como Unidades Básicas de Saúde com Estratégia de Saúde da Família, em localidades estratégicas (exemplo: UBS no Portal das Laranjeiras, em viabilização)

3. Considerando que o direito à saúde é oportunizado por meio de políticas públicas que visam a qualidade de vida de todos, todas e todes: Quais políticas ainda NÃO estão implementadas em seu município ou no Estado. O que fazer para colocá-las em prática?

Resposta:

- Em nosso município, a estratégia da Saúde da Família encontra-se em fase de implantação, paulatinamente, em algumas Unidades de Saúde. Encontra os desafios já previstos em outras experiências, e necessita alcançar toda a rede de saúde municipal, em sua plenitude. Um dos modos de fazer alcançar toda a rede seria através da colaboração entre os instrumentos de saúde local e COMUS + população, reforçando grupos de apoio popular e da saúde, fortalecendo esses instrumentos. Outro modo é através da alimentação dos sistemas de informação em saúde para obter devolutivas de verbas e de insumos, propiciando condições de manutenção e de expansão. Em outras palavras, refocar a ação da saúde da família e a amplitude das questões apresentadas, onde necessidade pode ser oportunidade.

- Política de Informação: em certo nível, falta comunicação e troca adequada de informação. Consideramos necessário fazer um trabalho intersetorial. Tendo em vista que as políticas públicas são áreas das ciências políticas, mas podem relacionar-se com qualquer aspecto da vida pública, elas têm algumas características específicas. São obrigatoriamente multidisciplinar, ou seja, necessitam de elementos profissionais de várias modalidades para definir ações e solucionar problemas

- Política de assistencialismo na educação, recentemente ampliada com vários projetos, aos quais devemos apoiar para que se mantenham plenos e crescentes;

- Política de investimento em cursos profissionalizantes aos jovens: temos em certa monta, mas acreditamos poder ser ampliado e mantido. Acreditamos que através das artes e do desporto, participação da juventude na Guarda, nos bolsões de estágios, Jovem Aprendiz,

- Política do respeito aos oponentes, evitando-se minar as estruturas democráticas e inovações no âmbito da saúde. O COMUS pode se posicionar favorável às boas práticas, sua implantação, seus erros e seus acertos, sempre que a crítica mordaz estiver presente com mera finalidade destrutiva.

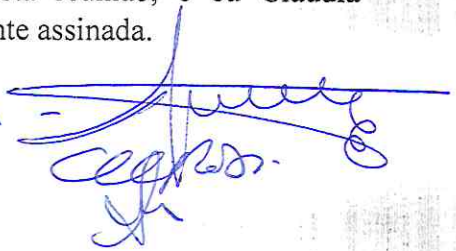


- Política para minimizar os impactos negativos que as desigualdades exercem sobre a saúde da população, buscando ativar os grupos populares sinérgicos e produtivos, através da educação em saúde e da informação sobre questões de saúde, visando criar consciência individual e coletiva sobre a participação de cada um no processo de produção da saúde e da qualidade de vida.

Logo após a Dra. Carla, deixa aberto para mais algumas considerações, não havendo, agradece a participação de todos.

Nada mais tendo a ser tratado deu-se por encerrada esta reunião, e eu Cláudia Domingues da Silva, lavrei a presente ata que vai devidamente assinada.

Cláudia Domingues da Silva
Carla Maria de F. e R.
Alexandre Renato de Souza
Fabrícia Gomes Nazareno Pereira



Shair Henrique Moreira do Silva

Lilian Cristina do Silva

Elizabete Aparecida de Souza

Elisângela Barbosa de Silva